



ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

SOMOS UM ESPINHO CRAVADO NO CERNE DO PODER

O presidente do Congresso prometeu entendimentos com o Executivo para disciplinar a edição de medidas provisórias e censurou o hábito do Congresso de atrasar demasiadamente a votação do Orçamento.

“Ninguém duvide. O Congresso Nacional vai cumprir rigorosamente os seus deveres, com independência e sempre com os olhos voltados para os mais legítimos interesses do país e de seu povo” – prometeu o senador Antônio Carlos Magalhães no discurso com que saudou a abertura dos trabalhos da primeira sessão legislativa da quinquagésima legislatura, na presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sepúlveda Pertence, de ministros de Estado, embaixadores, parlamentares e demais autoridades.

Durante a cerimônia, foi lida pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Ubiratan Aguiar, a mensagem presidencial levada ao Congresso pelo Chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. Nela, o presidente da República reitera apelo aos congressistas para que aprovem as reformas previdenciária, administrativa e tributária, sugerindo

que talvez todos se surpreendam “ao verificar que a compreensão da própria sociedade evoluiu nessa matéria e, tal como nas mudanças da ordem econômica, aquilo que há pouco tempo despertava controvérsias apaixonadas tornou-se assimilável”.

DEVERES

Em seu discurso, o senador Antônio Carlos Magalhães censurou o hábito do Congresso, nos últimos anos, de adiar demasiadamente a votação do Orçamento “com conseqüências graves para a administração dos recursos públicos”. Disse que “ou se cumpre a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou seja (ela) abolida por total inutilidade”.

– O Orçamento – disse o ex-governador da Bahia – tem que ser votado antes do encerramento da Sessão Legislativa Ordinária, para entrar em vigor no primeiro dia do ano seguinte, não ocorrendo, assim, graves dificuldades na ação governamental e prejuízos administrativos para a Nação. Nesse sentido, existem propostas de emendas à Constituição que precisam ser decididas pelo Congresso Nacional. Não

é exemplo edificante – insisto – o processo de discussão e votação do Orçamento da República, que vem sendo praticado no Congresso Nacional. É preciso mudá-lo, e vamos fazê-lo.

O presidente do Senado e do Congresso fez questão de revelar para o presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence, que o Senado decidirá, “brevemente, talvez em trinta dias, uma matéria que angustia o Judiciário e a Nação: o efeito vinculante”. Na mesma oportunidade, prometeu que, “nos próximos seis meses, entregaremos à Nação o novo Código Civil, que há muito tramita no Legislativo”.

– É preciso que o votemos. E nós o faremos – afirmou.

Antônio Carlos Magalhães manifestou sua confiança em que 1997 “será um ano de intenso trabalho legislativo”, mostrando-se convencido da competência e espírito público dos congressistas “no escutar os anseios do povo brasileiro para melhor servir ao poder que representamos”.

– Nós somos a tribuna do povo. Somos e estamos como um espinho cravado no cerne do Poder. Daí termos que

decidir – sublinhou.

O presidente do Congresso voltou a exprimir sua certeza de que, “através de amplo entendimento com o Executivo, vamos resolver, definitivamente, o problema das medidas provisórias, porque o lugar de legislar é no Congresso”, quando arrancou aplausos do plenário.

– Temos de construir o futuro e não lamentar, inermes e inertes, o tempo perdido – assinalou Antônio Carlos Magalhães. E essa construção só se fará com a angústia dos excluídos e rejeitados, lembrando quantos paraísos já se construíram nas trevas do desespero, mas sem esquecer o que diziam os antigos, “as leis são inúteis quando os corações não mudam”. É preciso mudar o coração dos povos e dos legisladores, para que as leis tenham eficácia. Sejamos autênticos, sejamos nós mesmos. É preciso construir e velar por nosso País, para que ele não perca a fé em si mesmo, porque não pode perder a fé na verdade.

Durante seu pronunciamento, o presidente do Congresso saudou “a prática do regime democrático, a imprensa

livre, o diálogo permanente da sociedade com os seus representantes, o respeito à cidadania, a liberdade de pensamento, “memoráveis em um país que hoje se coloca na hierarquia dos que representam o escol das sociedades livres”, mas logo advertiu:

— Esse ufanismo, justificável, entretanto, não me impede de voltar a insistir na crítica à terrível desigualdade social que nos divide, com uma concentração de renda cada vez maior entre regiões e setores da população, uma parábola cruel, de origens históricas, que persiste às vésperas do Terceiro Milênio e que precisa ser enfrentada.

O senador baiano também reforçou o apelo presidencial conclamando os congressistas a votarem as reformas da previdência, administrativa e tributária e lamentou a lei que protegeu, durante alguns anos, a indústria nacional de componentes de informática, argumentando que ela contribuiu para o atraso do País nesse setor de importância estratégica.